



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**



**Instituto de História
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA**

PLANO DE ENSINO

1. IDENTIFICAÇÃO

COMPONENTE CURRICULAR: Estágio Supervisionado IV				
UNIDADE OFERTANTE: Instituto de História				
CÓDIGO: INHIS31802		PERÍODO/SÉRIE: 8º		TURMA: HA
CARGA HORÁRIA			NATUREZA	
TEÓRICA: 60h	PRÁTICA: 45 h	TOTAL: 105 h	OBRIGATÓRIA: (x)	OPTATIVA: ()
PROFESSOR(A): Gilberto César de Noronha				ANO/SEMESTRE: 2026.2
OBSERVAÇÕES: Disciplina com carga horária prática obrigatória.				

2. EMENTA

O ensino de História: trabalho docente, relação pedagógica professor-aluno, organização escolar. Prática de estágio supervisionado e efetiva prática de sala de aula: regência. A prática pedagógica e o planejamento do ensino articulado às propostas de ensino em escolas públicas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Especial, Educação Básica do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola.

3. JUSTIFICATIVA

O componente curricular dedica-se à orientação do(a) estudante de História para a prática docente em escolas públicas de Uberlândia, abrangendo as modalidades de Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Especial, Educação Básica do Campo, Educação Escolar Indígena e Educação Escolar Quilombola. Ênfase na pesquisa-ação voltada à experimentação de metodologias de ensino de História, articulando ensino e pesquisa como eixos da formação integral do historiador. Carga horária distribuída entre atividades teóricas e práticas, com 45 horas destinadas à prática organizadas em prospecção do campo (5h), documentação (5h), planejamento (10h), regência/execução do projeto (15h) e relatório final (10h). A oferta de estágio nas diferentes modalidades da Educação Básica justifica-se pela necessidade de formação de professores de História aptos a atuar em contextos educacionais diversos, respeitando e valorizando as especificidades culturais, sociais e históricas de cada comunidade. O contato com essas realidades amplia a compreensão sobre os sujeitos da educação e sobre os desafios da prática docente em escolas públicas, contribuindo para a construção de um ensino de História comprometido com a diversidade, a equidade e a justiça social. Busca-se a formação de docentes de História comprometidos com um ensino mais democrático e com uma educação efetivamente inclusiva.

4. OBJETIVO

Objetivo Geral:

- Atuar na Educação de Jovens e Adultos (EJA), da Educação Especial, da Educação Básica do Campo, da

Educação Escolar Indígena e da Educação Escolar Quilombola enquanto modalidades da Educação Básica conhecendo, planejando e desenvolvendo ações didáticas em instituições que ofereçam estas modalidades no município de Uberlândia.

Objetivos Específicos:

- Planejar e desenvolver intervenções pedagógicas para Educação Básica: Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Especial, Educação Básica do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola.
- Compreender a experiência didática específica dessas modalidades para o desenvolvimento da docência em História.
- Articular o conhecimento historiográfico a legislação, conceitos, projetos e currículos para as modalidades Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Especial, Educação Básica do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola.
- Elaborar e expor um trabalho de planejamento no formato de Plano de Ensino.
- Vivenciar as relações entre a prática docente, os problemas conceituais da História, as noções de tempo histórico e de espaço, posicionamentos didáticos e historiográficos, políticas públicas, currículos e avaliação.
- Desenvolver regência em uma dessas modalidades de ensino em escolas da rede pública de ensino no município de Uberlândia.
- Elaborar relatório circunstanciado, com descrição e análise da experiência de estágio

5. PROGRAMA

UNIDADE I: PRÁTICA DOCENTE E PLANEJAMENTO DO ESTÁGIO

- 1.1 Professor de História e práticas educativas inclusivas nas modalidades EJA, Educação Especial, Educação Básica do Campo, Educação Escolar Indígena e Educação Escolar Quilombola.
- 1.2 Organização do estágio: prospecção do campo, documentação e contatos institucionais.
- 1.3 Planejamento do estágio de regência: elaboração do plano de ensino com supervisores e orientador.
- 1.4 Especificidades curriculares, metodológicas e documentais de cada modalidade.

UNIDADE II: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E DEBATES CONCEITUAIS

- 2.1 As modalidades da Educação Básica: história, políticas públicas e especificidades.
- 2.2 Ensino de História, práticas inclusivas, diversidade cultural, relações étnico-raciais e educação do campo.
- 2.3 Reflexão sobre possibilidades e limites da produção e difusão do conhecimento histórico nos diferentes contextos escolares.

UNIDADE III: PRÁTICA DOCENTE EM HISTÓRIA – REGÊNCIA

- 3.1 Oficina de Plano de Aula: seleção e organização de conteúdos históricos adequados a cada modalidade.
- 3.2 Estágio de regência e/ou execução do projeto nas escolas públicas.
- 3.3 Mediação didática, recursos e estratégias diferenciadas para EJA, Educação Especial, Educação Básica do Campo, Educação Escolar Indígena e Educação Escolar Quilombola.

UNIDADE IV: AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV

- 4.1 Sistematização da experiência: Relatório Final de Estágio com reflexão sobre a modalidade vivenciada.
- 4.2 Avaliação crítica da prática docente: desafios e contribuições para a formação do professor de História.

5 METODOLOGIA

O curso constitui-se de orientações aos(às) estudantes para a prática da regência, por meio de atendimentos coletivos e individualizados no auxílio aos planos de estágio, nas reflexões acerca das escolhas metodológicas

e recursos didáticos para a realização da regência nas modalidades de EJA¹, Educação Especial, Educação Básica do Campo, Educação Escolar Indígena e Educação Escolar Quilombola.

As aulas serão organizadas com a articulação entre leituras de textos, aulas expositivas-dialogadas, oficinas práticas e seminários para discussão de textos, além do acompanhamento das regências. As aulas expositivas têm como objetivo promover o debate a partir da leitura dos textos e dos relatos de experiências desenvolvidas pelos discentes em suas respectivas salas de aula, no exercício do estágio nas escolas públicas. A articulação entre teoria e prática se dará permanentemente, de modo que as leituras e debates em sala de aula alimentem a reflexão sobre as experiências vivenciadas nos campos de estágio, e as vivências práticas retornem à sala de aula como objeto de análise e aprimoramento da ação docente.

Atividades Práticas (45 horas):

1. **Planejamento e organização do Estágio Supervisionado – 5h**
2. **Estudo de legislação e Planejamento Anual do Professor Supervisor – 5h**
Estudo da legislação que define e orienta cada modalidade e análise do planejamento anual do professor supervisor das escolas da rede pública de Uberlândia.
3. **Desenvolvimento do Estágio Supervisionado – 5h**
Prospecção, observação e ambientação nas escolas das redes públicas de Uberlândia.
4. **Produção de planos de aula – 10h**
Elaboração de planos de aula do Estágio Supervisionado para as modalidades em escolas da rede pública de Uberlândia.
5. **Regência com acompanhamento do Professor Supervisor – 10h**
Desenvolvimento de regência no âmbito do Estágio Supervisionado nas modalidades em escolas da rede pública de Uberlândia.
6. **Produção de fichas de registro do Estágio Supervisionado – 5h**
7. **Produção do relatório final de Estágio Supervisionado – 5h**

CARGA HORÁRIA TOTAL DE ATIVIDADES PRÁTICAS: 45h

6.1 Cronograma das atividades (60 horas)

DATA	ATIVIDADE
04/09	Apresentação do Plano de Ensino
11/09	Retomada das inquietações oriundas da prática docente nos estágios supervisionados (I, II e III), Prointer e os problemas de pesquisa delimitados e relevantes para o campo do Ensino de História (TCC). Discussão sobre o campo de atuação no Estágio IV. Elaboração de relato memorial articulando as experiências anteriores de formação e as intenções e expectativas em relação ao Estágio IV.
18/09*	Visita às escolas/CEMEP para prospecção campo de Estágio e supervisão. Providências relacionadas aos termos de estágio e plano de atividades: https://prograd.ufu.br/estagio/licenciatura
25/09	Orientações individualizadas sobre plano de atividades e assinaturas dos Termos de Compromisso
02/10*	Apresentação do plano ao supervisor de estágio (Escola). Entrega do Plano de Estágio

¹ As escolas municipais de Uberlândia que ofertam EJA são: Afrânio Rodrigues da Cunha (Jardim Brasília), do Bairro Shopping Park, Dr. Gladsen Guerra de Rezende (Canaã), Doutor Joel Cupertino Rodrigues (Dom Almir), Freitas Azevedo (Morada Nova), Hilda Leão Carneiro (Morumbi), Professor Eurico Silva (São Jorge), Prof. Ladário Teixeira (Nossa Senhora das Graças), Professor Leônicio do Carmo Chaves (Planalto), Professor Mário Godoy Castanho (Tocantins), Professor Oswaldo Vieira Gonçalves (Custódio Pereira), Profª Cecy Cardoso Porfírio (Mansour) e Profª Stella Saraiva Peano (Guarani). b) As escolas estaduais de Uberlândia que ofertam EJA são: EE Ângela Teixeira da Silva; EE Antônio Thomaz Ferreira de Rezende; EE Bueno Brandão; EE da Cidade Industrial; EE de Uberlândia; EE do Bairro Jardim das Palmeiras; EE do Parque São Jorge; EE Felisberto Alves Carrejo; EE Frei Egídio Parisi; EE Guiomar de Freitas Costa; EE Hortêncio Diniz; EE Jerônimo Arantes; EE João Rezende; EE Lourdes de Carvalho; EE Mário Porto; EE Neuza Rezende; EE Professor Ederlindo Lannes Bernardes; EE Professor Inácio Castilho; EE Professor José Ignácio de Sousa; EE Professora Juvenília Ferreira dos Santos; EE Segismundo Pereira; EE Teotônio Vilela; EE Treze De Maio c) Centro Estadual de Educação Continuada de Uberlândia – CESEC Uberlândia d) ESEBA. Ainda que não encontremos outras modalidades no município de Uberlândia, propostas didáticas que dialoguem com estas propostas poderão ser desenvolvidas no campo de estágio.

	Orientações individualizadas sobre plano de atividades e assinaturas dos Termos de Compromisso
09/10	Orientações individualizadas sobre plano de atividades/execução
16/10*	Prática docente – Regência - Orientação individual
23/10*	Prática docente – Regência - Orientação individual
30/10	Roda de Conversa: incidentes críticos no ensino de história: experiências no Estágio IV.
06/11*	Prática docente – Regência - Orientação individual
13/11*	Prática docente – Regência - Orientação individual
27/11	Prática docente – Regência - Orientação individual
04/12	Elaboração do Relatório Final - Orientações individualizadas
11/12	Entrega dos Relatórios Finais, realização de Autoavaliações e Avaliação do Estágio.
18/12	Discussão dos resultados finais – fechamento do curso.

1. AVALIAÇÃO

1. Frequência: É obrigatória a frequência mínima a 75% das aulas para aprovação.
2. Avaliação: 100 pontos
3. Avaliação de recuperação: Não se aplica a este componente curricular.
4. Critérios gerais para avaliação:
 - 4.1. A avaliação considerará os seguintes momentos: frequência nas aulas, assiduidade nos trabalhos de estágio e participação em todas as atividades do componente curricular. Serão observados o envolvimento do discente com as atividades de leitura e debate em sala de aula e os resultados alcançados durante o estágio, apresentados oralmente.
 - 4.2. Na avaliação do Relatório Final de Estágio Supervisionado IV, será observada a apresentação da experiência articulada a toda reflexão empreendida com base nas leituras e debates realizados. Exige-se, nesta atividade, esforço de análise, articulação entre teoria e prática e clareza na exposição das questões indicadas. Deverá ser entregue, anexado ao Relatório, o Relato Memorial articulando as experiências anteriores de formação e as intenções e expectativas em relação ao Estágio IV, devidamente desenvolvido.
 - 4.3. O discente deverá demonstrar:
 - 4.3.1. Compromisso com o desenvolvimento do estágio;
 - 4.3.2. Aproveitamento dos textos recomendados;
 - 4.3.3. Clareza na exposição de objetivos, procedimentos e referências teórico-metodológicas;
 - 4.3.4. Problemática dos temas levantados ao longo do estágio;
 - 4.3.5. Consistência teórica;
 - 4.3.6. Sistematização e articulação de ideias;
 - 4.3.7. Capacidade de compreensão, análise e síntese;
 - 4.3.8. Clareza de expressão e correção gramatical.
 - 4.3.9. Serão observadas, também, as experiências desenvolvidas com o Professor Supervisor na escola, o aprendizado, a compreensão didática e a desenvoltura que articule conhecimento histórico e ensino de História nas diferentes modalidades (EJA, Educação Especial, Educação Básica do Campo, Educação Escolar Indígena e Educação Escolar Quilombola).

As pontuações seguirão as seguintes referências, com suas respectivas datas de entrega/realização:

Especificação da Atividade Avaliativa	Data(s)	Valor	Critérios para realização e correção
Relato Memorial	11/09	5	Vide critérios gerais de avaliação

Participação na Oficina de Planos de Aula	25/09	5	Vide critérios gerais de avaliação
Plano de Estágio	02/10	10	Vide critérios gerais de avaliação
Experiência de Regência no Estágio Supervisionado IV	16/10 a 27/11	30	Vide critérios gerais de avaliação
Relatório Final de Estágio Supervisionado IV	11/12	40	Vide critérios gerais de avaliação
Autoavaliação	11/12	10	Vide critérios gerais de avaliação
100 pontos			Pontuação para aprovação: 60 Pontos

2. BIBLIOGRAFIA

Manual

FUCHS, Angela Maria Silva; FRANÇA, Maíra Nan; PINHEIRO, Maria Salete de Freitas; PORTELA, Patrícia de Oliveira. **Guia de normalização de publicações técnico-científicas**: recurso eletrônico. 2. ed. Uberlândia: EDUFU, 2025. 274 p. Disponível em <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/47665/11/GuiaNormalizacao2ed.pdf>

Básica

ARROYO, Miguel Gonzalez. Educação do campo: políticas e práticas pedagógicas. In: CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (orgs.). **Por uma educação do campo**. 3. ed. Brasília: MEC/SECAD, 2017. p. 45-68.

AZEVEDO, Crislane Barbosa de (org.). **Docência em história**: experiências de estágio supervisionado e formação do professor-pesquisador. Natal: EDUFRN, 2017.

GRUPIONI, L. D. (org.). **Educação indígena**: caminhos e desafios. São Paulo: Loyola, 2015.

NORONHA, Gilberto César de. **Da forma à ação inclusiva**: curso de formação de professores para atuar em salas de recursos multifuncionais. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

NORONHA, Gilberto César de; CUNHA, Nara Rúbia de Carvalho (Org.). Na terceira margem: teorias, metodologias e sensibilidades do ensino de História. São Paulo: Oikos, 2022.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2021.

SANTOS, Jocélio Teles dos (org.). **Educação quilombola**: políticas e práticas pedagógicas. Salvador: EDUFBA, 2019.

SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino (Org.). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

COMPLEMENTAR

EJA

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CEB n. 11/2000, de 10 de maio de 2000. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: MEC/SEB, 2000. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf. Acesso em: 23 ago. 2026.

CUNHA, Verônica. Quando as Conceições rompem os processos de alienação na Educação de Jovens e Adultos. In: SALES, Sandra; COSTA, Renato Pontes Costa (Orgs.). Educação de Jovens e Adultos: diálogos contemporâneos. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023.p.141-158. Disponível em: <https://pedrojoaoeditores.com.br/produto/educacao-de-jovens-e-adultos-dialogos-contemporaneos/>. Acesso em: 23 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CEB n. 3/2025, aprovado em 29 de janeiro de 2025. Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA. Brasília, DF: MEC/SEB, 2025. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Resolucao-cne-3-2025-04-08.pdf> . Acesso em: 25 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 23 nov. 2024.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Currículo Referência de Minas Gerais. Educação Infantil e Ensino Fundamental. Belo Horizonte: SEE/MG, [2018]. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1MWIv4JKcei5_OMhpMFF10ENdhgphH0FW/view . Acesso em: 23 nov. 2024.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Documento Orientador para o Aprofundamento nas Áreas do Conhecimento – 1º e 2º períodos EJA Novo Ensino Médio. Belo Horizonte: SEE-MG, jan.2023. Disponível em:

<https://www.educacao.mg.gov.br/documentos-legislacao/documento-orientador-para-o-aprofundamento-nas-areas-do-conhecimento-1o-e-2o-periodos-eja-novo-ensino-medio/>. Acesso em: 29 ago. 2025.

UBERLÂNDIA. Secretaria Municipal de Educação. Diretrizes Curriculares Municipais de Uberlândia: Educação de Jovens e Adultos (EJA). Uberlândia: Prefeitura Municipal de Uberlândia, 2020. Disponível em: <https://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2024/07/Diretrizes-Vol-6.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2024.

Educação especial inclusiva

BRASIL. Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 out. 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12686.htm. Acesso em: 31 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

GONZÁLEZ, Maria Teresa; MIRANDA, Araceli. **Educação especial: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Pearson, 2020.

Educação Básica do Campo

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 abr. 2008. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/normas-classificadas-por-assunto/educacao-do-campo>. Acesso em: 31 ago. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 7, de 9 de novembro de 2022. Revisão e atualização das normas, tendo em vista a aprovação do novo Ensino Médio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/pdf/normas-classificadas-por-assunto/educacao-do-campo/pceb007_22.pdf. Acesso em: 31 ago. 2026.

Educação Escolar Indígena

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 539, de 24 de julho de 2025. Institui a Política Nacional de Educação Escolar Indígena nos Territórios Etnoeducacionais (PNEEI-TEE). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/educacao-escolar-indigena/legislacao>. Acesso em: 31 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 37, de 8 de abril de 2025. Define as diretrizes complementares para a implementação da ação Saberes Indígenas na Escola e institui a Rede de Colaboração da Ação Saberes Indígenas na Escola (RECOASIE). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/educacao-escolar-indigena/legislacao>. Acesso em: 31 ago. 2026.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Educação Escolar Quilombola

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 3, de 13 de maio de 2021. Reexame do Parecer CNE/CEB nº 8, de 10 de dezembro de 2020. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/normas-classificadas-por-assunto/educacao-quilombola>. Acesso em: 31 ago. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 7, de 9 de novembro de 2022. Revisão e atualização das normas, tendo em vista a aprovação do novo Ensino Médio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/normas-classificadas-por-assunto/educacao-quilombola>. Acesso em: 31 ago. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 8, de 10 de dezembro de 2020. Diretrizes Nacionais Operacionais para a garantia da Qualidade das Escolas Quilombolas. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/normas-classificadas-por-assunto/educacao-quilombola>. Acesso em: 31 ago. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 nov. 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/normas-classificadas-por-assunto/educacao-quilombola>. Acesso em: 31 ago. 2026.

GOMES, Nilma Lemos. **Educação escolar quilombola: território, memória e identidade**. In: GOMES, N. L. (org.). Educação e relações raciais: refletindo sobre práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Mazza, 2017. p. 89-112.

Geral

ABUD, Katia Maria. **Ensino de História**. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

AZEVEDO, Crislane Barbosa de (org.). **Docência em história**: experiências de estágio supervisionado e formação do professor-pesquisador. Natal: EDUFRN, 2017.

BARCA, Isabel. Educação histórica e formação de professores. In: JORNADA INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO HISTÓRICA, 4., 2004, Braga. Anais [...]. Braga: Universidade do Minho, 2004. p. 131-144.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CABRINI, Conceição et al. **O ensino de História**: revisão urgente. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CAIMI, Flávia Eloisa. O que precisa saber um professor de História? **História & Ensino**, Londrina, v. 21, p. 105-124, 2015.

GAGO, Marília. Ser professor de história na paleta de cores de um profissionalismo complexo. **Revista Ibero-Americana de Educação Histórica**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 107-125, 2018.

LIMA, Maria Socorro Lucena; PIMENTA, Selma Garrido. Estágio e docência: perspectivas teórico-metodológicas. In: PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. (orgs.). **Estágio e docência**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2021. p. 15-42.

OLIVEIRA, Nucia Alexandra Silva de; CUBAS, Caroline Jaques (org.). **Experiências do ensino de História no Estágio Supervisionado**. v. 4. São Paulo: Paco Editorial, 2019.

RAMOS, Márcia; CAINELLI, Marlene. A formação de professores e o estágio supervisionado na licenciatura em História: uma experiência na Universidade Estadual de Londrina. In: CAINELLI, M.; SILVA, I. F. (orgs.). **O estágio na licenciatura**: a formação de professores e a experiência interdisciplinar na Universidade Estadual de Londrina. Londrina: UEL, 2009. p. 145-163.

SABIÃO, R. **Estágio supervisionado em História**: as vivências, desafios e possibilidades do graduando na prática docente. **História & Ensino**, Londrina, v. 23, n. 2, p. 207-229, 2017. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/31345>. Acesso em: 31 ago. 2026.

SCHÖN, Donald A. **Educando o profissional reflexivo**: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVA, Marcos. **Estágio Supervisionado em Ensino de História**. São Cristóvão: UFS/CESAD, 2011. (material de apoio para licenciatura).

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

3. APROVAÇÃO

Aprovado em reunião do Colegiado realizada em: ____/____/____

Coordenação do Curso de Graduação em: _____